Desafios da produção orgânica no estado de Mato Grosso

Autor(res)

Leonardo José Alves Da Costa
Marinaldo Lima De Oliveira Neto
José Francisco Dos Reis Neto
Wellington Dos Santos Lima
Denise Renata Pedrinho
Bianca Obes Correa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIC SORRISO

Introdução

A agricultura orgânica em Mato Grosso enfrenta um conjunto de obstáculos que dificultam sua expansão e consolidação como alternativa produtiva viável frente ao modelo convencional predominante. Esses desafios se manifestam em diferentes dimensões, estruturais, tecnológicas, políticas, ambientais e de mercado, e acabam limitando a adesão de produtores e o fortalecimento de cadeias produtivas locais. Conforme Proença, Massaroto e Theodoro (2016), a agricultura orgânica apresenta um grande potencial para a agricultura familiar, estabelecendo relações mais harmônicas entre os ecossistemas naturais e as atividades agrícolas. Seu princípio reside na geração de alimentos mais saudável, isento de produtos químicos, resultando em produtos nutritivos e benéficos para o consumo humano.

No entanto, o cenário em Mato Grosso revela dificuldades significativas para que esse potencial se converta em realidade. O estado é um dos principais polos do agronegócio brasileiro, caracterizado por vastas áreas de monocultivo de grãos, como soja, milho e algodão, conduzidos em larga escala com tecnologias intensivas. Essa proximidade com grandes lavouras convencionais aumenta o risco de contaminação por defensivos químicos, seja pela deriva de pulverizações aéreas, seja pela infiltração no solo e recursos hídricos.

No contexto estadual, a falta de políticas públicas para a agricultura orgânica dificulta seu avanço. Apesar de existirem iniciativas pontuais, como linha crédito e incentivos à produção sustentável, o foco ainda está na agricultura em larga escala. Outro ponto é período climático, onde é marcado por chuvas irregulares e longos períodos de estiagem, fatores que dificultam a produção orgânica. No mercado, a comercialização de orgânicos em Mato Grosso ainda é limitada, com mercado restrito, poucos canais de escoamento e altos custos de certificação, dificultando o acesso dos pequenos produtores.

Objetivo

Analisar os entraves que limitam o avanço da agricultura orgânica em Mato Grosso, abordando dimensões estruturais, tecnológicas, políticas, climáticas e de mercado, bem como seus reflexos para a agricultura familiar e para o meio ambiente. Além disso, discutir soluções e propor caminhos que contribuam para a consolidação de um modelo agrícola mais sustentável.

Material e Métodos

O trabalho consistiu em uma Revisão de Literatura do tema proposto, no qual foi concretizada uma consulta a livros, monografias, dissertações e por artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados Scielo, bibliotecas, tendo como autores, Andrade, Souza e Macedo (2019). dentre outros. O período das fontes pesquisadas foram os trabalhos publicados nos últimos 15 anos. As palavras-chaves utilizadas para referida pesquisa serão: agricultura, orgânica, desafio.

Resultados e Discussão

Conforme Andrade, Souza e Macedo (2019), esse projeto deveria articular, sensibilizar e mobilizar políticas de desenvolvimento, agências de fomento, parceiros tecnológicos e organizações de ensino e pesquisa, de maneira a pensar em conjunto as melhores soluções e estabelecer uma visão de futuro compartilhada para a expansão da produção.

No aspecto operacional, a agricultura orgânica diferencia-se de forma significativa do modelo convencional, principalmente em relação ao manejo das atividades no campo. A ausência do uso de defensivos químicos e fertilizantes exige que o plantio, a colheita e o controle de pragas sejam conduzidos de maneira predominantemente manual. Diferente da agricultura convencional, onde são realizadas com maior rapidez e operada de forma mecanizada, na orgânica demandam maior dedicação, tempo e esforço físico.

As práticas próprias da agricultura orgânica, como o manejo agroecológico do solo, o uso de adubos verdes, a compostagem e o controle biológico de pragas, requerem conhecimentos técnicos específicos, que só podem ser adquiridos por meio de treinamento e capacitação direcionada. Dessa forma, a operação envolve não apenas uma reorganização da rotina agrícola, mas também o desenvolvimento de habilidades e competências distintas, tornando-se um desafio adicional para os produtores que buscam adotar esse sistema de cultivo.

No que diz respeito à definição de preços dos produtos, observa-se um obstáculo de uma política de precificação clara e estruturada. A ausência de concorrentes diretos na região limita a possibilidade de comparação, ocasionando incertezas quanto ao valor de mercado adequado para seus produtos. Com o crescimento da demanda e a necessidade de acompanhar os fatores produtivos que influenciam diretamente a margem de lucro evidenciam a importância de um processo de precificação mais estruturado. Atualmente, o produtor busca informações e assessoria em instituições como o SEBRAE, onde consegue adotar uma política de preços claramente delineada, considerando variáveis como custos de produção, logistica e a relação entre oferta e demanda.

De acordo, Pires, Ribeiro (2020), as principais razões que foram relatadas é a necessidade de uma câmara fria para o transporte e a distância até os fornecedores. Embora que todos os produtores tenham algum tipo de condução para o transporte de seus produtos nem todos são adaptados com câmara fria o que dificulta o transporte resultando em uma possível queda na qualidade e a dificuldade na competitividade dos produtos.

A certificação dos produtos orgânicos fornecida pelo MAPA, desempenha um papel fundamental na construção da confiança junto a distribuidores e consumidores, além de agregar valor à produção e acesso a novos mercados. Entretanto, alguns produtores ainda demonstram certa resistência em aderir ao processo, em razão dos custos relativamente elevados para a obtenção do selo, da limitação no acesso à assistência técnica especializada e do desconhecimento sobre os potenciais benefícios que a certificação pode trazer à expansão de seus mercados.

A certificação consiste em um processo de inspeção das propriedades agrícolas, realizado com periodicidade, com o objetivo de verificar se os alimentos orgânicos estão sendo cultivados e processados conforme as normas de produção orgânica. A avaliação concentra-se não apenas produto, mas na terra e nos métodos de produção

empregados. Dessa forma, uma vez que a propriedade é certificada, ela passa a ter autorização para produzir diversos itens orgânicos, cada um recebendo o respectivo selo de qualidade da forma sustentável.

Conclusão

A agricultura orgânica em Mato Grosso enfrenta diversos desafios que limitam seu crescimento, tanto no aspecto operacional quanto no econômico. Paralelamente, questões relacionadas à precificação, transporte e acesso a infraestrutura adequada impactam diretamente a competitividade e a qualidade dos produtos. Nesse cenário, a certificação orgânica emerge como um instrumento estratégico, capaz de agregar valor, ampliar mercados e fortalecer a confiança de consumidores e distribuidores.

Referências

RODRIGUES PIRES, Willian Luan; RIBEIRO, Alexandro Rodrigues. Fatores que Influenciam a Competitividade na Produção Orgânica no Vale do Rio Cuiabá em Mato Grosso. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 2, n. 46, 2020.

DE ANDRADE, Jaqueline Dias; DE ARAÚJO SOUZA, Sandra Mª M.; MACEDO, Luís Otávio Bau. Custos transacionais e a produção de orgânicos no estado de Mato Grosso, Brasil. Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 9, p. 15017-15037, 2019.

LESCHEWITZ, Rogério et al. Projeto Sinop Orgânico-ATER continuada em produção orgânica como alternativa para promoção do desenvolvimento rural sustentável no município de Sinop-MT–Resultados da 1ª etapa. Cadernos de Agroecologia, v. 19, n. 1, 2024.

DE LIMA PROENÇA, Inês Caroline; MASSAROTO, João Aguilar; DE ALMEIDA THEODORO, Vanessa Cristina. Agricultura orgânica no município de Alta Floresta-MT: estudo de caso em propriedades de base familiar. Revista de Ciências Agro-Ambientais, v. 14, n. 1, 2016.